

A responsabilidade das IES na criação e apoio aos programas de pós-graduação “acadêmico” e “profissional”

MARGARETE CASAGRANDE LASS ERBE

Universidade Federal do Paraná (UFPR)

margarete.erbe@ufpr.br

Engenheira Química,
Mestre em Tecnologia
e Doutora em Geologia.
Presidente do Fórum
Nacional dos Mestrados
Profissionais.
Currículo Lattes disponível
em: [http://lattes.cnpq.
br/4971121368230032](http://lattes.cnpq.br/4971121368230032)

Introdução

Tendo por base o texto do Prof. Pedro Lincoln C. L. de Mattos (UFPE), intitulado PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO NO BRASIL - DILEMAS DA VIDA ADULTA, foi elaborada esta reflexão sobre a responsabilidade das Instituições de Ensino Superior (IES) na criação e apoio aos Programas de Pós-Graduação “Acadêmico” e “Profissional”. Busca discutir as necessidades do Plano de Desenvolvimento das IES e da elaboração de estratégias do Plano educacional, a inclusão do perfil do profissional que está em formação para atuar no interesse do município, região, estado e federação. Questiona ainda qual a autonomia das IES para a criação, manutenção, monitoramento e injeção de recursos nos Programas de Pós-graduação.

Desenvolvimento

Frente a uma necessidade de qualificação de mão-de-obra que atenda um mercado de trabalho cada vez mais exigente, justifica-se a importância da pós-graduação, em especial os Mestrados Acadêmicos e Profissionais.

O esforço social que ocorre para a manutenção do ensino público, deveria fazer com que a IES pública tivesse como sua, a responsabilidade da realização de pesquisas em consonância com os interesses municipal, regional, estadual e federal. Controles e distribuição de recursos para a pesquisa, vinculado à qualidade, benefício, alcance e divulgação deveria ser efetuado pela própria IES, se consolidando, desta forma como um Centro de Referência nas áreas apoiadas, não se distanciando do desenvolvimento socioeconômico regional.

A liberação por parte da IES para a criação de novos programas de pós-graduação, necessita considerar que a qualidade do ensino não deve passar apenas por indicadores de desempenho comparativos, hierarquizando os Programas de Pós-Graduação, sejam eles Profissionais ou Acadêmicos, distante de uma discussão necessária sobre a pesquisa. Quem detém as informações para distinguir a qualidade ou necessidade de um curso? Sejam IES públicas ou particulares o viés socioeconômico deve ser prioritário, justificado pelas características da maioria da população brasileira.

Para o desenvolvimento e manutenção dos programas, as IES estão refém da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que, detentora de recursos oriundos do Ministério da Educação (Art. 46, Lei no 9.394/1996) e com uma métrica de indicadores comparativa entre seus pares, exerce o controle pelo credenciamento das IES, pela autorização e reconhecimento, sempre temporários, de cada curso. Todos os Programas de Pós-Graduação de IES buscam atingir uma classificação cada vez mais alta na escala de avaliação da CAPES. Os Programas Acadêmicos em busca do nível 7 e conseqüentemente de mais recursos, pois os editais e concessão de bolsas estão vinculados a este critério. Os Programas Profissionais estão em busca do nível 5 (nível máximo a ser obtido e estabelecido para os Programas Profissionais) e como recompensa fica feliz em não ser descredenciado e, alcançando o nível 4, poderá propor a criação de Doutorado Profissional. Observa-se que a distinção de ações por parte da CAPES e conseqüentemente por parte de muitas IES frente aos Programas Profissionais está atrelada pela ausência institucionalizada de liberação de recursos, destacando-se a impossibilidade de participação em diversos editais, pois estes são direcionados aos Programas Acadêmicos. Frisando novamente, liberação de recursos sem a avaliação adequada do critério socioeconômico das pesquisas elaboradas. É oportuno esclarecer que, salvo raras exceções, os Programas Profissionais não recebem recurso financeiro administrativo, taxa de bancada ou bolsa de estudo por parte da IES ou CAPES. A capacitação de professores do ensino médio por meio de Mestrados Profissionais em Rede, foi escolha unilateral da CAPES e é a única modalidade com financiamento de mestrados profissionais desta agência e se distanciam na forma de gestão de demais Programas de Mestrados Profissionais. Agências de fomento e IES justificam a ausência de liberação de recursos pela possibilidade de aproximação e afinidade que os Programas Profissionais têm com o Terceiro Setor (iniciativas privadas de utilidade

pública com origem na sociedade civil). Neste contexto, o professor, além de pesquisador, deve se responsabilizar pelos recursos para a subsistência do programa que está inserido.

O professor que atua em Programas de Pós-Graduação Profissional em Administração no Brasil tem, a cada quadriênio de avaliação da CAPES, um desafio maior. Além de atuar no ensino, tem como compromisso trabalhar com a pesquisa, extensão e inovação. Sendo ainda o programa mais bem avaliado se a sua atuação faz um cruzamento com a internacionalização. O professor deve estar preparado para orientar um profissional que poderá atuar em diversos campos da administração, seja na área industrial, empresarial, agronegócio, comercial, hospitalar, enfim em todas as áreas de negócio. Faz-se necessário que os programas atuem de forma multidisciplinar e interdisciplinar, avaliando quais são os desafios específicos de cada área de conhecimento. A contribuição deste profissional é indiscutível.

Desafio maior ainda é com a internacionalização, onde os professores devem estar preparados para discorrer sobre a sua área de conhecimento em língua estrangeira, de preferência o inglês, em busca de maior visibilidade e troca de saberes.

Quanto aos discentes, há a certeza de que a qualificação em Mestrado Acadêmico *stricto sensu* garante a absorção do indivíduo pelo mercado de trabalho de alto nível? Há a certeza de que a qualificação em Mestrado Profissional *stricto sensu* garante um crescimento na carreira escolhida? A maioria dos discentes do Mestrado Acadêmico são jovens, que dão sequência aos estudos de graduação e vislumbram um doutoramento para ter melhor oportunidade na carreira de professor de IES ou de pesquisador. Já, os discentes do Mestrado Profissional, em sua maioria são adultos, que já definiram a sua carreira profissional e buscam por uma reciclagem e atualização do conhecimento. Muitos discentes buscam a pesquisa e titulação para a obtenção deste reconhecimento junto às instituições em que já estão atuando. É importante salientar que os alunos do Mestrado Profissional, além de cumprirem o estabelecido pelo Programa de Pós-Graduação (créditos, pesquisas, dissertação e artigo), mantém os empregos e muitas vezes, durante o curso recebem atividades adicionais em seu ambiente de trabalho, como consequência da qualificação que estão alcançando. A qualidade de ensino e pesquisa oferecida pelos Mestrados Profissionais é evidenciada pela demanda crescente de oferta e procura. Pesquisas vinculadas aos desafios da profissão e demandas de cunho científico são excelentes atrativos.

A diferenciação entre os Doutorados Acadêmicos e os Doutorados Profissionais leva a crer que está vinculada à redução de recursos públicos das agências de fomento para o desenvolvimento de pesquisa, uma vez que não unifica o tratamento fornecido aos doutorandos da área acadêmica para os da área profissional, isto é, enquanto um tem a possibilidade de ter seus custos subsidiados por meio de bolsas de estudo, a área profissional deve custear todas as atividades do doutoramento, não sendo considerada para a distribuição do fomento a relevância da pesquisa e o impacto direto para o desenvolvimento regional.

Conclusão

A procura pelo Mestrado Acadêmico *stricto sensu* ou pelo Mestrado Profissional *stricto sensu* é demanda dos discentes, que têm perfis diferentes, havendo assim a necessidade de os programas estabelecerem estratégias diferentes. Neste contexto, cabe à IES incluir no seu Plano de Desenvolvimento e na elaboração de estratégias do Plano educacional o perfil de pesquisas e projetos de interesse, direcionando assim o desenvolvimento pela capacitação e qualificação de mão-de-obra, que atenda um mercado de trabalho cada vez mais exigente.

Indicadores de desempenho comparativos entre os cursos, hierarquizando os Programas de Pós-Graduação Acadêmicos ou Profissionais estão distantes de uma discussão necessária sobre a pesquisa. É a região em que está inserida a IES que deve apresentar quais são as necessidades de pesquisas e projetos que devem ser supridas. Sejam para as IES públicas ou particulares, o viés socioeconômico da pesquisa deve ser prioritário, justificado pelas características regionais e necessidades da maioria da população brasileira.